



**UNISUL**

**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

**LUIZE RICKEN TURAZZI**

**A QUESTÃO DA TERRITORIALIDADE ENTRE INDÍGENAS E COLONOS NA  
ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO EUROPEIA DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA,  
SANTA CATARINA.**

Tubarão

2017

**LUIZE RICKEN TURAZZI**

**A QUESTÃO DA TERRITORIALIDADE ENTRE INDÍGENAS E COLONOS NA  
ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO EUROPEIA DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA,  
SANTA CATARINA.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Alexandre de Medeiros Motta, Msc.

Tubarão

2017

**LUIZE RICKEN TURAZZI**

**A QUESTÃO DA TERRITORIALIDADE ENTRE INDÍGENAS E COLONOS NA  
ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO EUROPEIA DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA,  
SANTA CATARINA.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Tubarão, julho de 2017.

---

Professor orientador Alexandre de Medeiros Motta, Ms.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof. Elvis Dieni Bardini, Ms.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof. Mário Cezar de Oliveira Cardoso, Esp.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho à minha família, ao meu pai sempre presente, meu namorado e meus amigos, sem eles eu não teria conseguido chegar tão longe. Ao meu avô, que sempre instigou em mim o desejo de saber mais, de conhecer a fundo a nossa história. E, por fim, dedico este trabalho também à minha pessoa, que por anos lutei com incontáveis obstáculos e permaneci forte.

## **AGRADECIMENTOS**

É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos e ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso primeiramente agradeço à todos de coração.

Agradeço a todos os professores da minha vida acadêmica, desde o período escolar, nos semestres percorridos na UNESC e aos queridos professores da Unisul, vocês foram muito importantes!

Agradeço do fundo do meu coração o meu querido professor Alexandre de Medeiros Motta, orientador, amigo, companheiro desta longa caminhada, que não mediu esforços para que o sonho de completar este curso fosse concretizado. Sempre foi um pai para todos os alunos, e posso afirmar que foi de grande importância para a minha formação, inclusive pessoal, o Sr. é incrível! Muito obrigada, e quem sabe, eu escreva uma nova monografia, tema eu já tenho: um ponto de vista é apenas uma vista de um ponto!

Aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado. À minha irmã que sempre me escutou e incentivou, cativou e me fez amadurecer diante da minha jornada. Ao meu namorado, amigos e primas que foram tão pacientes me ouvindo reclamar e suspirar pelo medo e preocupações, que nos momentos de ansiedade estiveram ao meu lado para me dar suporte.

Por fim, agradeço aos meus queridos amigos que fiz ao longo do curso. Sem vocês nada disso teria 10% da graça e cada momento ao lado de vocês foi incrível e inesquecível.

A História está repleta de pessoas que, como resultado do medo, ou por ignorância, ou por cobiça de poder, destruíram conhecimentos de imensurável valor que em verdade pertenciam a todos nós. Nós não devemos deixar isso acontecer de novo. (CARL SAGAN)

## RESUMO

O presente trabalho traz como tema “A questão da territorialidade entre indígenas e colonos na época da colonização europeia do município de Rio Fortuna, Santa Catarina”. O governo brasileiro pretendia resolver o problema ligado a ocupação do referido território. Uma enorme região, no Sul do país, encontrava-se inteiramente despovoada, pelos não-indígenas, e colonizar essas extensões eliminaria os bolsões de terras que isolavam áreas de interesse e importância ao governo brasileiro.

No contexto da colonização se inicia um processo de disputa pelas terras, consideradas “vazias”. Os colonos chegavam com o objetivo de desbravar, abrir terras, construir suas propriedades, tendo assim que transformar a floresta num campo produtivo. De outro lado, os indígenas ocupavam essas mesmas terras e delas dependiam para sustentar-se. O choque de culturas foi inevitável e agravava-se cada vez mais na região de colonização, à medida que a colonização se expandia. O medo e o desconhecimento sobre o outro foi o que motivou os atritos e embates entre índios e colonos.

Para isso, o presente trabalho trouxe, a partir da metodologia da História oral, lembranças e relatos dos remanescentes de europeus, que são moradores do município, analisando-se alguns aspectos que envolvem o contexto da história de Rio Fortuna, Santa Catarina.

Palavras-chave: Colonização. Bugreiros. Bugres. Xokleng. Rio Fortuna. Embates.

## **ABSTRACT**

This paper had as its theme "The issue of territoriality between indigenous peoples and settlers at the time of the European colonization in the municipality of Rio Fortuna, Santa Catarina". The Brazilian government also intended to solve the problem related to the occupation of said territory. A large region in the south of the country was entirely depopulated by non-Indians, and colonizing these extensions would eliminate the pockets of land that isolated areas of interest and importance to the Brazilian government.

In the context of the colonization, also began a process of dispute for the lands, considered "empty". The settlers arrived with the objective of clearing and opening the lands, building their properties, and thus transforming the forest into a productive field. On the other hand, the natives occupied these lands and they were dependent on it to live. As colonization expanded, the clash of cultures was inevitable and got very worse as the time passed. The fear and the ignorance about each other was what motivated the frictions and clashes between Indians and settlers.

Therefore, the present work analyzes, through the methodology of oral history, memories and accounts of the Europeans remnants who are residents of the municipality, some aspects that involve the context of the history of Rio Fortuna, Santa Catarina.

**Keywords:** Colonization. Bugreiros. Bugres. Xokleng. Rio Fortuna. Crashes.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais correntes migratórias de povoamento. ....	15
Figura 2 - Mapa político de Rio Fortuna. ....	16
Figura 3 - Moradores em 1910. Caçadores da comunidade de Rio Pinto. ....	18
Figura 4 - Família do pioneiro João Henrique Roecker. ....	18
Figura 5 - Terras aradas no Vale do Rio Fortuna em 1953. ....	22
Figura 6 - Foto aérea do município de Rio Fortuna, em 2013. ....	22
Figura 7- Índio Xokleng com arco e flechas, nos primeiros momentos do contato. ....	26
Figura 8 - Grupo de “Batedores de Mato” ....	29
Figura 9 - Os bugreiros e suas vítimas. ....	33
Figura 10 - O bugreiro, Ireno Pinheiro, em entrevista a Silvio Coelho Santos, concedida em 1972. ....	42

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 COLONIZAÇÃO EUROPEIA NA REGIÃO ONDE SE FORMOU O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA .....</b>	<b>13</b>
2.1 COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA.....	13
2.2 COLONIZAÇÃO EM RIO FORTUNA .....	16
2.3 ASPECTOS CULTURAIS DA COLONIZAÇÃO NÃO-INDÍGENA EM RIO FORTUNA.....	21
<b>3 A QUESTÃO DA TERRITORIALIDADE ENTRE INDÍGENAS E BUGREIROS.....</b>	<b>25</b>
3.1 QUEM ERAM OS XOKLENG?.....	25
3.2 ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE COLONOS E BUGRES .....	27
3.3 OS BUGREIROS FRENTE AOS INDÍGENAS .....	30
<b>4 O OLHAR DOS MORADORES DE RIO FORTUNA SOBRE A ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO.....</b>	<b>36</b>
4.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	36
4.2 UMA ANÁLISE DOS RELATOS.....	38
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE A – Termo de consentimento para realização de entrevista .....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro de perguntas para entrevista .....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A colonização e os embates entre colonos e indígenas foram fatores de extrema importância para os estudos da história sociocultural do município de Rio Fortuna e, desse modo, destacou-se como pergunta central da pesquisa: Como se pode abordar a questão da territorialidade, entre indígenas e colonos, no contexto da colonização europeia no município de Rio Fortuna?

É inegável que esse confronto “índio *versus* colono”, na história, principalmente oral, nos faz observar e absorver um pouco do que foi o processo de colonização. Processo esse que, por muitas vezes, foi agressivo, hostil, pendendo para o extermínio ou etnocídio.

Sabendo da importância de valorizar a história da colonização, pertinentes aos embates entre indígenas e colonos, e de que forma estas se deram no estado de Santa Catarina, mais precisamente no município de Rio Fortuna, o presente trabalho se justifica por seu valor histórico, das lembranças remanescentes dos moradores do próprio município, bem como das memórias que diluem com o tempo, se não recuperadas. Para isso, é importante analisar o contexto da época, a fim de identificar e aproximar-se dos sujeitos que coexistiram.

A luta dos índios, a batalha dos colonizadores, qual a situação de cada grupo. O conjunto, a totalidade de fatos que levaram a esses embates e que hoje, relatos históricos nos fazem crer que nunca terão um fim.

Desta forma, Santos (1977, p.87) diz que “nos primeiros anos de colonização, os atritos entre índios e brancos tiveram como razão imediata o medo e o desconhecimento que uma população tinha sobre a outra”. O estranhamento é o primeiro sentimento que se manifesta no comportamento entre culturas diferentes.

Assim, por meio deste estudo, podemos perceber a importância sobre o conhecimento da região onde se mora. Conhecimento este que nos faz pensar de que forma chegamos e onde estamos situados, tornando possível compreender que o presente não é um simples “fruto maduro” de um processo que se justifica de acordo com a dinâmica da época de sua colonização.

Por isso, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os conflitos de territorialidade no contexto da colonização europeia do município de Rio Fortuna, Santa Catarina, por meio da metodologia da história oral.

Em termos específicos, temos os seguintes objetivos:

- a) apresentar detalhes sobre o processo de colonização europeia na região em que se formou o município;
- b) caracterizar a questão da territorialidade inerente à região em que faz parte o município;
- c) discorrer sobre aspectos conceituais da história oral e sua metodologia de investigação;
- d) descrever sistematicamente os relatos dos moradores do município de Rio Fortuna acerca da temática proposta.

Os métodos de procedimentos que foram utilizados na pesquisa consistiram no monográfico e no indutivo. O primeiro deve-se a preocupação com o aprofundamento do tema em estudo e o segundo, parte de uma ou mais proposições particulares para atingir uma conclusão geral. Em relação à abordagem, utilizou-se do tipo indutivo, uma vez que se analisaram livros e relatos das entrevistas, vinculadas ao tema estudado, partindo de fatos particulares, no caso as percepções dos entrevistados, para chegar a conclusões gerais.

Quanto à técnica de pesquisa, recorreu-se a entrevistas, que se basearam na interação verbal não convencional, ou seja, um diálogo planejado em que o entrevistador deve registrar informações proferidas pelo informante para posterior análise. A função da entrevista consiste em recuperar, com a máxima fidedignidade possível, as informações pertinentes ao objeto da pesquisa.

A pesquisa, quanto ao seu objetivo, consistiu em desenvolver-se a do tipo exploratória, e envolveu, também, um levantamento bibliográfico, sem lançar mão de análises mais detidas sobre as informações decorrentes. Em relação aos procedimentos na coleta de dados, desenvolveu-se um estudo de caso, por meio do qual se fez uma análise do caso em questão, permitindo um conhecimento mais amplo e detalhado.

Em relação à estrutura de organização do desenvolvimento do trabalho, ficou distribuído em quatro capítulos. O segundo capítulo apresentou os aspectos da colonização europeia no Estado de Santa Catarina, dando ênfase à região de Rio Fortuna. O terceiro capítulo abordou a questão da territorialidade entre indígenas e bugreiros, buscando entender os conflitos gerados e a incompatibilidade dos moradores da região. No quarto capítulo, desenvolveu-se um olhar dos moradores de Rio Fortuna sobre a colonização europeia do município, trazendo relatos orais

sobre os acontecimentos, trazendo as lembranças daqueles que fazem parte da História e mal percebem. Este capítulo, ainda, faz uma análise da relação "História e Memória", de sua importância para a pesquisa do historiador.

## 2 COLONIZAÇÃO EUROPEIA NA REGIÃO ONDE SE FORMOU O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a Colonização do Estado de Santa Catarina, com foco na cidade de Rio Fortuna, no Sul do Estado. Para isso, buscou-se contextualizar o povoamento e colonização da região, onde se envolveu indígenas e colonos europeus.

### 2.1 COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

Desde o início do século XIX, o Brasil tentava atrair imigrantes europeus após a sua independência, tentando fornecer uma solução para o problema da escassez de mão de obra trabalhista nas lavouras de café do sudeste do país. O governo brasileiro pretendia também resolver um problema de ocupação.

Assim, a partir das primeiras décadas do século XIX, Santa Catarina passou a ser palco de um novo fluxo de imigrantes europeus, que povoaram o interior da província. O Governo imperial incentivou a imigração europeia por vários motivos: povoar a terra considerada “vazia”, pois índio e caboclo não eram considerados gente; “branquear” a população, pois a elite da época temia que a população negra e indígena tomasse conta da identidade brasileira; e, por último, fomentar o mercado interno. Além disso, o governo imperial passou a fazer concessões de terra para as companhias colonizadoras. (MOTTA, 2011)

Uma enorme região no Sul do país encontrava-se inteiramente despovoada, colonizar essas extensões eliminaria os bolsões de terras que isolavam áreas de interesse e importância. Ao mesmo tempo em que o governo via importância na colonização, companhias de colonização europeias também tinham esse interesse.

Segundo Santos (1973, p. 49):

[...] a partir de estímulos dados pelo governo imperial, várias companhias europeias procuram obter concessões de terras e outros contratos para proceder a colonização de áreas em todo o sul. Essas companhias haviam descoberto uma nova fonte de renda. Envolvidas em regras em negócios de transporte de matérias primas, era-lhes conveniente encontrar uma forma de utilizar a capacidade de carga ociosa das embarcações nas viagens entre a Europa e a América, já que os produtos manufaturados e importados pelas populações americanas eram de volume bastante reduzido perante a cubagem das exportações.

Essas companhias de colonização geralmente eram empresas europeias que tentavam conseguir concessões territoriais, porém, Piazza (1976, p.32) destaca que a participação de dois moradores da extinta cidade de Desterro, Dr. Henrique Ambauer Schutel, cidadão suíço e médico, e Carlos Demaria, de linhagem italiana, teriam fundado a Sociedade Particular de Colonização Demaria&Schutel na própria cidade, também buscando concessões e privilégios.

Assim, as concessões eram feitas tendo em vista um plano de colonização, sendo que a empresa e o governo tinham como obrigação garantir toda uma infraestrutura de apoio à fixação do imigrante. Essa infraestrutura era desde abertura de estradas, a conceder materiais para o trabalho nas roças.

Na chegada dos colonos, em terras catarinenses, em termos políticos e administrativos, a Lei Provincial nº 49, de 15 de junho de 1836, permitia a colonização dessas empresas. De modo esclarecedor, Boiteux (apud PIAZZA, 1976, p.33) traz os artigos de lei, ao quais dizem:

Artigo 2º - Para esclarecimentos de colonos, qualquer empreendedor poderá escolher terrenos, onde os houver devolutos ou caídos em com isso, os que serão divididos em sortes de terras na proporção seguinte: duzentas braças de frente para cada colono solteiro; duzentas e cinquenta, sendo casado sem filhos; trezentas e cinqüenta, sendo casado com um, até três filhos; quatrocentos, sendo casado com mais de três filhos, todas com mil braças de fundo.

Artigo 3º - Pelo fato do estabelecimento do colono, metade da sorte de terras fica desde logo pertencendo à propriedade do empreendedor; e a outra metade no fim de dez anos ficará pertencendo ao colono.

Nos Artigos da Lei Provincial nº 49, ainda, consta que os contratos entre o empreendedor e os colonos seriam feitos por escritura pública ou por este modo ratificado, quando eram feitos em território estrangeiro.

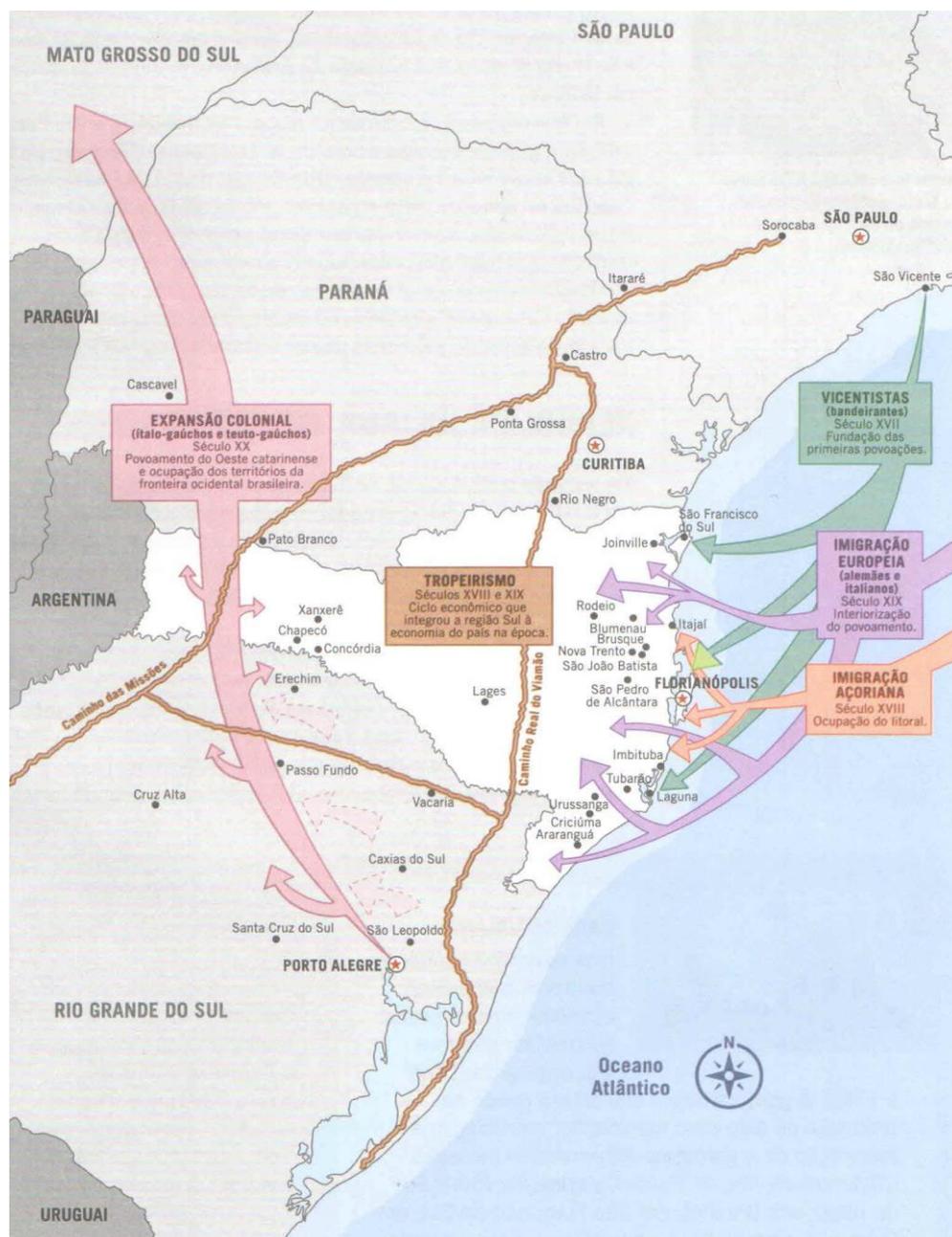
Sobre o mesmo assunto, Piazza (1976) afirma que as concessões não foram devidamente medidas e demarcadas, fato que provocou, mais tarde, contestações com o próprio governo de Santa Catarina.

A crise, na Europa, correspondeu a um momento de grandes mudanças internas, econômicas, políticas e religiosas, ondas de revoluções sucessivas, como em 1820 a revolta em Nápoles, na Itália, a revolução industrial, comoções políticas, foram todos fatores que criavam insegurança no território europeu, estimulando a saída de muita gente.

Dircksen (1995, p. 20) aponta que a época era de miséria para a maioria dos camponeses europeus. Indica, ainda, que os pequenos proprietários de terras acabavam por retalhar suas propriedades para o sustento de suas famílias à medida

que iam crescendo, na formação de novos núcleos familiares. No Brasil, o imigrante deparava-se com florestas imensas. Começava, então, o desmatamento para então construir suas casas e as roças. Santa Catarina foi a região escolhida pelos colonos alemães. Em meados do século XIX, Joinville e Blumenau receberam muitos imigrantes, sendo que o perfil dos mesmos era de pequeno produtor rural, normalmente famílias numerosas, católicos e protestantes e valorizavam muito a educação.

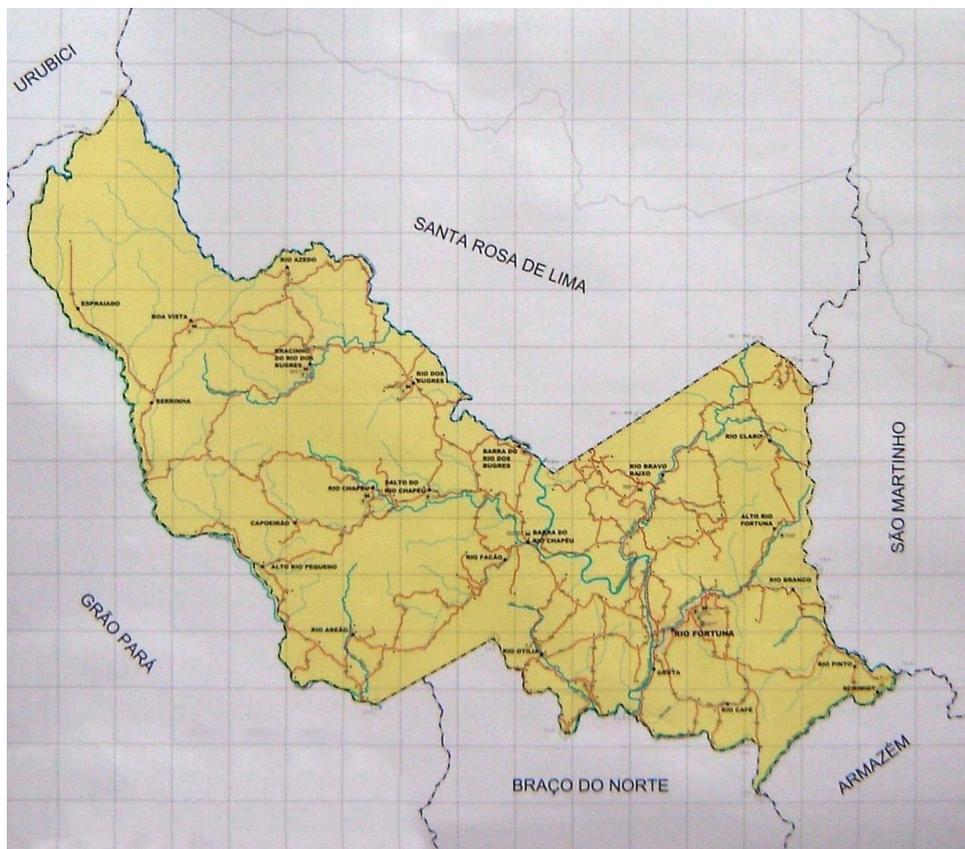
Figura 1 - Principais correntes migratórias de povoamento.



Em meados de 1829, é criada a colônia de São Pedro de Alcântara e mais tarde, em 1850, colonos de origem alemã, sob a orientação do Dr. Hermann Blumenau, fundavam a Colônia que levou o seu nome, Blumenau. Em 1851, a Colônia Dona Francisca, onde hoje é Joinville, foi fundada por uma legião de alemães vindos ao Brasil em fuga dos problemas políticos advindos da unificação da Alemanha.

## 2.2 COLONIZAÇÃO EM RIO FORTUNA

Figura 2 - Mapa político de Rio Fortuna.



Fonte: Site Oficial da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna. Acesso em: 19 maio 2017.

Rio Fortuna fica no sul do Estado de Santa Catarina, ao pé da Serra Geral, com cerca de 4.446 habitantes, segundo o Censo de 2010 do IBGE. Localiza-se a 200km da capital Florianópolis, e faz divisa com os municípios de Santa Rosa de Lima, Grão Pará, Braço do Norte, Armazém, São Martinho e Urubici.

O município recebeu seus primeiros colonizadores por volta de 1883, ano ao qual foram feitas as primeiras derrubadas de mata adentro da atual comunidade.

Em meados 1881 não havia um morador sequer naquelas terras, em 1883 a empresa de colonização inicia uma venda de terrenos ali. Ansiados pela fartura de terras baratas, os alemães passaram a desbravar as matas. Já a intenção do governo era ter o maior número de colonos e brasileiros no centro da Província de Santa Catarina e também, próximo à fronteira com os países vizinhos.

De acordo com Dall'Alba (1973, p. 285), foi em uma caçada pouco tempo antes que surgiu o nome da região até então de vasta floresta. Caçadores embrenhados na selva há dias encontraram em poucos momentos duas antas a beira do riacho, fato inesperado. Eram dois animais grandes, era fortuna à beira rio, gritavam assim "Glückfluss", que significa Rio Fortuna, dando origem ao nome até hoje do município. Essas terras pertenciam a D. Isabel, filha de D. Pedro II, decorrente de um presente de casamento com o Conde D'Eu.

De acordo com Lottin (2009), os primeiros colonos vieram da Alemanha, da região da Westfalia, mas eram proeminentes das colônias de Teresópolis e São Bonifácio, foram eles: Christovam Schmoeller, Frederico Feldhaus, Henrique Vandresen, Luiz Bechtold, Pedro Klemm, Jorge Nage, Guilherme Steinmaetz, Jacob Bauscher e Jorge Felipe.

Segundo Ricken e Ricken (2008, p. 50), alguns dos pioneiros de Rio Fortuna, segundo a tradição oral, além dos acima citados, podemos encontrar Geraldo Tenfen, nascido na Alemanha, chegando no Brasil com 3 anos de idade, já com família formada veio a residir nas terras de Rio Fortuna. Os irmãos Augusto Ricken, José Ricken e Antônio Ricken, filhos de Bernardo e Gertrudes, vindos da Alemanha, Christoph Schmöeller casado com Elisabeth Beckhauser, Gustavo Oenning casado com Matilde Kauling e João Henrique Roecker casado com Regina Assing Roecker, moraram já na década de 1920 no casarão de Christoph Schmöeller.

Figura 3 - Moradores em 1910. Caçadores da comunidade de Rio Pinto.



Fonte: Ricken; Ricken (2008, p. 356)

Quando estes entraram em Rio Fortuna não trouxeram suas famílias, trazendo consigo apenas mantimentos e instrumentos agrícolas para viver no interior da mata virgem até o seu desbravamento. O colono não viajava sozinho, filhos ou vizinhos iam juntos para nunca ficarem sozinhos na mata. O medo de encontrar animais era grande. Mas o medo maior era encontrar os índios botocudos, chamados pelos colonos de “bugres”, que por aquela região habitavam e transitavam.

Figura 4 - Família do pioneiro João Henrique Roecker.



Fonte: Ricken; Ricken (2008, p. 55)

Quando a colonização começou, também se geraram disputas pelas terras desbravadas. Os colonos chegavam com o objetivo de abrir terras, construir suas propriedades, tendo assim que transformar a floresta num campo produtivo. Os indígenas ocupavam essas mesmas terras e delas dependiam para se sustentar e as suas famílias. “Quando o Governo Brasileiro entendeu de colonizar a região Sul Catarinense, simplesmente, ignorou a presença indígena”, conforme Baldessar (1991, p. 05).

Segundo Dall’Alba (1973), “chegando os primeiros moradores desta região, ao começarem as derrubadas, os índios manifestaram-se por sinais contra as mesmas. [...] Os índios, aos poucos, começaram a perseguí-los.”

Dirksen (1995) coloca, ainda, que “encurralados entre o fogo das pistolas dos serranos e as espingardas dos colonos, começaram a reagir em defesa do último pedacinho de chão que ainda lhes restava.” A colonização, mesmo com os “bugres” tentando proteger as terras, ia aos poucos aumentando com força e agressividade. Assim, assaltos começaram a acontecer contra as propriedades dos colonos, o gado era morto pelos índios ou as roças eram atacadas.

Após vários ataques dos indígenas, os colonos e as companhias de colonização passaram a exigir garantias de segurança ao governo, procurando se defender de outra forma. Procuraram pelos bugreiros, homens contratados para afugentar e/ou matar os bugres que viessem a causar transtornos ao processo colonizador (CLAUDINO, 2011).

Alguns casos os colonos contratavam homens para fazer a derrubada da mata em suas terras. Levavam mantimentos na semana, eram torresmo e um garrafão de cachaça. Era construído, por muitas vezes, um pequeno rancho na clareira aberta para uma proteção e descanso, podia-se passar meses vivendo nela, se fosse necessário. Ali armazenavam o pouco que traziam da Europa, as ferramentas como facão e machado, armas e munições, um bernal com sal e uma panela de bronze. Mal entardecia e o camarada já buscava o abrigo, acontecia de ouvir os índios de a região rondar a cabana e tentar roubar armas, comida e caça.

Dall’Alba (1973, p. 288) traz relatos sobre os pioneiros e de como as dificuldades eram grandes no período desbravador, como se demonstra:

Nossos velhos contavam que a vida no mato não era lá tão cômoda. Quanta vez a fome batia seca. Munição faltava, dias seguidos de chuva, índios rondando, febre mesmo. A gente sozinha no rancho improvisado. Acabavam as roscas, acabavam o charque, o torresmo, a caça, o pescado. A boia que os de casa deviam trazer para a semana, atrasava dias. Sem

cachaça, até a coragem se ia. Trancados na cabana, nem sempre segura, os índios rondando, as onças rondando, as cobras rondando, as febres, rumores estranhos, solidão tenebrosa... Epa! A coragem... não que faltasse coragem, mas que o medo batia, batia!

Muitas vezes, os desbravadores passavam semanas, meses em meio as matas buscando abrir clareiras para a construção das casas para a família, para criar as roças para o consumo e subsistência. A necessidade da caça e pesca para auxiliar na alimentação mostraram quão grande era a riqueza natural da localidade.

Em Dall'Alba (1973, p. 288), Frederico Willemann narra como as caçadas eram feitas no período. É o que se demonstra a seguir:

Porco do mato, quando dava, era aos montes. Fazíamos esperas. Numa caçada muito bem organizada, no Rio do Meio, conseguimos matar trinta e oito tatetes. Passamos dois dias e duas noites tirando couro e salgando a carne. Mandamos vir a redondeza para que se servisse. Foi aquele desperdício de carne. E ainda tivemos que soltar alguns mais por aí tudo. Por exemplo, num mundéu só peguei sete pacas em dias seguidos. Era a fatura. Dinheiro não havia, comodidade nenhuma, mas comia-se bem. As famílias podiam ser numerosas, criavam-se.

As clareiras eram abertas próximas a córregos e ali, nos pequenos ranchos construídos, procuravam se aconchegar com a caça, a pesca e o palmito, para o consumo, esperava o amanhecer para logo começar o corte das armas e limpeza dos terrenos. As árvores serviam para construir as casas que logo seriam habitadas pelas famílias que ainda estavam por vir da Europa. Os colonos mais velhos contam que as árvores de maior porte, as que homens se uniam para abraçar, eram a diversão desses pioneiros. As deixavam para o domingo, o trabalho de horas em uma só árvore para vê-la caindo vagarosamente alegrava o dia.

Apenas depois que as primeiras roças já rendiam seus frutos, as casas estavam construídas dos troncos e ripas, de pau-a-pique, vinham as famílias. Com o passar dos anos, das condições melhores, terras mais produtivas, é que os colonos conseguiam construir suas casas com tijolo e armação de madeira. Os pioneiros destas terras eram entusiastas, trabalhavam de sol a sol nas terras em busca de melhorias.

Nas roças, não havia como usar o arado, pois os tocos e raízes na terra não permitiam o cultivo, tornando-a infértil. O transporte das colheitas, como de milho, por exemplo, era feito unicamente, nos primeiros momentos da colonização, por mulas e cavalas pelas picadas no meio das matas. O transporte era difícil para as colônias maiores.

Com a dificuldade no transporte, os produtos resultados das colheitas das roças acabavam por ficar atulhados nos ranchos. Eram usados apenas então para o trato dos animais, e consumo próprio. O milho como outros produtos, se transformava em ração para engorda do porco, que era transformado em toucinho, torresmo, carnes para consumo e a banha, produtos que seriam mais fáceis ao transporte. Por um longo período este foi a maior fonte de renda das famílias da região, até cerca de 1910.

Neste momento surgem, também, os primeiros engenhos de cana-de-açúcar, promovendo uma industrialização nas localidades, o açúcar e melado podiam ser comercializados, utilizando agora os carros de boi para transporte. A partir deste período, entre 1900 e 1910, houve um crescimento do comércio, utilizando as rotas das comunidades de Pinheiral, Sanga Morta para chegar até a lagoa de Imaruí, chegando ali ao porto de Laguna.

### 2.3 ASPECTOS CULTURAIS DA COLONIZAÇÃO NÃO-INDÍGENA EM RIO FORTUNA

Dall'Alba (1973, p. 297) recupera diálogos com moradores da cidade em diversos momentos, buscando ressaltar os costumes da época da colonização. Cita, por exemplo, uma conversa com D. Ema Meurer Tenfen, que já uma senhora idosa na ocasião, casada há 58 anos. Na conversa, relata que os casamentos eram realizados sempre na casa dos pais do noivo, sob a condição de ter sido feito o pedido diretamente aos pais da noiva. “No convite, importantes eram as fitas que cada ‘convidador’ atava no chapéu do convidado, [...] até cem famílias eram convidadas, se os pais eram de mais posses.”

Figura 5 - Terras aradas no Vale do Rio Fortuna em 1953



Fonte: Acervo fotográfico do IBGE. Acesso em: 16 maio 2017.

Figura 6 - Foto aérea do município de Rio Fortuna, em 2013.



Fonte: Acervo pessoal de Agenor Turazzi, 2017

D. Ema continua diz, ainda, era difícil a vida cotidiana na época, acerca de 1900 e 1910, a Primeira Comunhão, Páscoa e o casamento religioso eram realizados na cidade de São Ludgero, que levava cerca de 5 horas de viagem a cavalo. Seu casamento, ocorrido em 1914, realizou-se no dia clareando em São Ludgero, sendo que a volta se deu em mais 5 horas de viagem. O mais interessante, ainda, é que a noiva se casava de preto, assim como o noivo, sem véu, apenas com uma grinalda, que ornamentava a cabeça da futura esposa.

Muitos moradores, até a atualidade, utilizam dialetos alemães como linguagem usual entende o português, porém, não falam. Percebendo isso, o Padre Leonir Dall'Alba, em suas entrevistas para registro em seus livros, como o Vale do Rio Braço do Norte, precisava da ajuda de tradutores. Em uma ocasião, ao conversar com o Sr. Henrique Tenfen, nascido no Brasil, aos 92 anos, não falava uma palavra e nem entendia o português. Era algo muito comum em Rio Fortuna até os meados dos anos 1940.

Nessas conversas informais, discutia-se que não se deveria trabalhar em dias santos, seria perigoso e como não havia médicos, quando ficavam doentes, “deixava-se para morrer”, como explica, a seguir, Roberto João Tenfen (apud DALL'ALBA, 1973, p. 299):

Muita gente desastrada por imperícia. Bernardo Jasper, no dia de Bom Jesus, quis ir trabalhar apesar dos protestos da mulher. De tarde, um tronco caiu-lhe em cima, 'esfalecendo-lhe' a perna que teve de ser amputada. O João Oenning foi chifrado por um boi preto. Sem médicos nem enfermeiros, esvaiu-se em sangue.

A religiosidade era muito importante na vida das famílias, que ao construir as primeiras propriedades em meio a abertura das clareiras, uma pequena capela era construída, também, mesmo que, até 1916, o centro religioso católico se localizasse em São Ludgero.

Como a imigração dos colonos europeus, principalmente, dos alemães ao Sul de Santa Catarina, tinha como base agricultores, esses se apegavam muito as terras, o que não é de se estranhar. Esses tinham como tradição, tal como descreve Silva et al. (1970, p.70), ao se estabelecer na colônia, o chefe da família, que estava à frente de uma numerosa prole, comprar para cada filho as terras necessárias com a preocupação de se manter o padrão agrícola até então vivenciado pelas gerações. Esse fato auxiliou o grande povoamento da região, onde se localizava a Colônia de Grão Pará, não havendo necessidade da entrada de novos imigrantes. Os próprios

descendentes dos colonos iam, ao longo dos anos, completando o povoamento da região, por meio de casamentos e manutenção das famílias extensas.

Criou-se, assim, uma rotina econômica no povoamento, por meio da agricultura e da criação de animais para o consumo, plantações e formação de polos familiares. Mas isso não aconteceu de forma branda e tranquila, antes mesmo dos colonos chegarem, as terras da região já possuíam donos e moradores, que eram os nativos. Nesse sentido, decorrente de sua integração natural com o meio, os índios Xokleng não aceitaram a invasão do seu território e os abusos das terras nas quais viviam e os embates e as disputas começariam culminando em um choque étnico.

### 3 A QUESTÃO DA TERRITORIALIDADE ENTRE INDÍGENAS E BUGREIROS

Não é difícil entender que a colonização na região da Colônia de Grão-Pará não se deu de forma tranquila ou harmoniosa. Nesse sentido, Bloemer (2008, p. 36) relata que:

Os índios já viviam ali e talvez fosse o último refúgio, uma vez que toda a região da encosta da Serra estava sendo ocupada por colonos em sua maioria alemães, italiano e descendentes da primeira geração vindos da Europa, traziam consigo forte influência do pensamento eurocentrista que via o indígena como um selvagem.

Parte daí, os conflitos e a incompatibilidade de uma convivência não se fez mais acontecer. O choque de culturas foi inevitável e agravava-se cada vez mais na região de colonização.

Cumprir dizer que a questão da terra foi um fator preponderante no contato entre colonos e indígenas, e, por isso, lembra-se que territorialidade decorre da noção de território, em que há uma jurisdição, no caso, ligada muito mais aos interesses dos imigrantes europeus, uma vez que se inserem no âmbito da sociedade nacional. Ao contrário, vale para os indígenas, que eram tratados como selvagens, e, nesse sentido, não tinham o direito a posse da propriedade.

#### 3.1 QUEM ERAM OS XOKLENG?

Os índios Xokleng habitavam a região conhecida como Colônia de Grão-Pará muito antes das companhias de colonização entrar na história do Estado de Santa Catarina. Eram povos seminômades, que, por muito tempo, viviam ao longo das Encostas da Serra Geral. O nome de seu grupo, Xokleng, provém do vocábulo indígena de um costume cultural identificado como “tembetá” ou “botoque” usado nos lábios, que tal característica também era reconhecida como grupo dos “botocudos”.

De acordo com Santos (1987, p. 31), o grupo não possuía um termo de autodesignação, pois não haveria uma preocupação entre os grupos indígenas de uma denominação, isso seria algo que os “civilizados” teriam como necessidade para a identificação.

Figura 7- Índio Xokleng com arco e flechas, nos primeiros momentos do contato.



Fonte: Santos (1997, p. 33)

Ainda, para Santos (1987, p. 33), o grupo Xokleng tinha total dependência da caça e da coleta e isso os obrigava a dominar um território enorme. Seu acampamento se formava, quase sempre, no local aos quais as mulheres utilizavam para descansar o material doméstico e acendiam a fogueira. Em torno desta, os integrantes do grupo dormiam, com os pés próximos a ela.

Santos (2003, p. 435) explica que havia particularidades que diferenciavam os Xoklengs de outros grupos indígenas, como segue:

Tinham língua, cultura e território que os diferenciavam dos outros povos indígenas, tais como os guaranis e os Kaingang. Viviam separados em grupos, que quase sempre mantinham disputas entre si. A família, o sexo, o nascimento de crianças, a vida em grupo, a parceria nas atividades de caça e coleta, a divisão dos alimentos entre todos, as festas, as disputas e a morte faziam parte do cotidiano. Não tinham uma autodenominação específica. Se identificavam a si próprios como “nós” e a todos os estranhos como os “outros”.

Os Xokleng faziam suas próprias ferramentas e armas, produziam seus arcos e flechas, pedras afiadas com precisão. O grupo, como aponta Santos (2003, p. 434), partiram para a borda do Planalto, mas ali não se adaptaram bem. Não conseguiram dominar as fortes correntes d'água dos rios, foram incapazes de desenvolver uma agricultura de subsistência local. Porém, conseguiram se adaptar ao clima de insegurança com os constantes combates com os outros grupos indígenas por disputa de territórios, assim, tornaram-se nômades, e fizeram da caça e coleta a base de seu regime de vida.

### 3.2 ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE COLONOS E BUGRES

A busca de uma ideia de explorar as terras do Sul, principalmente o litoral, inicia-se um estímulo, principalmente pelo governo, para a colonização e povoamento destas áreas. Rapidamente várias clareiras nas florestas que até então eram territórios indígenas, os colonos europeus começam por invadir e afastar os bugres, como chamam os indígenas.

De acordo com Farias (2005, p.92), "Bugre" tem a provável origem deste proveniente de um grito de espanto (ou alerta) dado pelos índios quando avistavam os brancos. Acaba por ser uma denominação comum a todos os grupos indígenas, possui caráter pejorativo, significando selvagem, inimigo. Ainda, segundo Mabilde (1983, p. 08 apud Farias 2005, p. 92), no momento do alarme, quando encontravam os brancos, os indígenas pronunciavam a palavra "pucri".

O governo, obviamente, sabia da existência dos índios na região, mas, mesmo assim, acreditava que não seria perigo aos colonos que estavam tomando suas terras. Nesse sentido, Santos (1987, p.56) aponta que:

O Governo e as autoridades provinciais sabiam da existência dos silvícolas no sertão. Sabiam que vez ou outra os indígenas demonstravam sua força e astúcia, trucidando uma tropa, algum viajante ou algum morador da orla da floresta. Mas não se preocupavam. Raciocinava que o índio se afastaria pacificamente na medida em que os brancos estabelecessem vilas, casas e roças no sertão.

Conforme Dall'Alba (1973, p. 292), os índios da região de onde hoje se encontra o município de Rio Fortuna, os índios tinham uma grande tática ao andar pelas matas, agarravam-se e soltavam-se de arbustos que balançavam de tal forma

que se tornavam, praticamente, invisíveis. Era possível ver apenas os movimentar das plantas em direção à mata fechada e tomada por estes.

Em relação à chegada dos colonos e primeiros moradores desta região, as derrubadas da mata, abertura de clarões para o início do povoamento, os índios se mostraram contra, manifestando-se com sinais. Esses sinais, que tinham como objetivo impedir as picadas nas matas era galhos com espinhos, pedras e “tramoias” que dificultariam os trabalhos dos colonos. Seus sinais não foram ouvidos e nem se quer dificultaram a vida dos europeus, mas isso fez com que os índios, aos poucos, começassem a persegui-los.

Nos primeiros anos da colonização, o que motivou os atritos entre índios e colonos foram o medo e o desconhecimento que cada população tinha sobre a outra. Obviamente, os indígenas tinham grande curiosidade sobre aquele estranho que chegava às suas terras, que derrubavam suas matas e matavam os animais dali.

Houve tentativas de aproximação, porém, os imigrantes não estavam dispostos a este tipo amistoso de contato. Para eles, os imigrantes colonos, a floresta em si já apresentava muitos problemas a serem resolvidos, e a presença dos bugres só significava mais problemas, perigo e insegurança. Parte disso a utilização de armas de fogo para amedrontar e afugentar os índios, pois a visão que se tinha destes homens era de que seriam selvagens e não se poderia confiar neles.

Santos (1977, p.87) mostra que os primeiros choques entre índios e brancos ocorreram em função das disposições acima apontadas. A colonização, entretanto, pouco a pouco foi aumentando a força e agressividade. A cada dia mais terras eram solicitadas e mais floresta era conquistada.

O território que os índios podiam utilizar foi assim diminuindo, gradativamente, e com ele as possibilidades de o índio prover suas necessidades alimentares, abastecer o grupo não seria uma tarefa fácil com o território menor. Assaltos começaram a ocorrer contra as propriedades dos colonos. O gado era morto pelos índios ou as suas roças eram atacadas. A partir daí os atritos entre eles apenas aumentaram.

A seguir, destacam-se aqui alguns relatos presentes na obra de Dall’Alba (1973, p. 292):

Era mais ou menos 1890, em São Maurício onde atualmente mora o Sr. Huberto Lückmann, morava Antonio Warmling. Os índios invadiram sua propriedade, e este fugiu com sua família e salvou-se. Os índios, no

entanto, mataram toda a criação e apoderaram-se de tudo que existia ali. No mesmo ano, onde atualmente mora o Sr. Germano Rohling, morava o Sr. Germano Jasper. Aquela morada também foi invadida pelos índios. O proprietário, fugindo com sua família, recordou-se que havia ficado dormindo uma criança no berço, voltou apressadamente para salvá-la. Ao voltar com a criança, foi atingido por uma flecha no crânio, mas não morreu; Lá também mataram todos os animais sem aproveitá-los e tiraram todos os bens.

No Rio Facão, em 1913, morava o Sr. Geraldo Eising. Certo dia quando estava derrubando mato em companhia de seu filho, os índios arremessaram uma flecha atingindo-lhe no peito. Rastejando, ocultou-se debaixo de uma raiz. Os índios foram ao seu encalço, matando-o cruelmente com lanças. O filho, escondido na derrubada, assistiu ao terrível crime, não sendo descoberto.

As companhias de colonização e os próprios colonos passaram a exigir garantias de vida e propriedade ao governo. Como uma solução à situação controversa não foi encontrada, iniciou-se a utilização dos bugreiros para liquidar os indígenas.

Segundo Claudino (2011), os bugreiros eram homens contratados para afugentar e/ou matar os indígenas que viessem a causar transtornos ao processo colonizador. Muitas vezes, se concentravam em tropas, munidos para matar. A figura do bugreiro se mostra um indivíduo especializado em exterminar índios, contratado tanto pelos colonos, quanto pelo governo provincial. O termo “bugreiro” vem da palavra “bugre”, designação pejorativa dada aos indígenas de algumas regiões do Brasil.

Figura 8 - Grupo de “Batedores de Mato”



Fonte: Santos (1997, p. 43)

Como se observa, a situação dos índios tornava-se cada vez mais delicada, levando-os, inclusive, a ficarem mais acuados e empurrando-os para as regiões interioranas, colocando-se frente a frente com outras tribos, de culturas bem diferentes. O resultado de tudo isso, certamente, foi a desestruturação tribal e o aumento das tensões sociais e culturais.

### 3.3 OS BUGREIROS FRENTE AOS INDÍGENAS

O Governo Provincial, estando preocupado e sendo pressionado pelos colonos e companhias de colonização, em relação às terras localizadas entre o litoral e o planalto de Santa Catarina, criou, em 1836, a Companhia de Pedestres, através a Lei nº 28, de 25 de abril.

Em relação a essa lei, Ferreira da Silva (1967 apud SANTOS, 1987, p. 66)expõe:

Ficam criadas seções de pedestres que terão por objetivo:

1º - Guarnecer presídios ou guardas que se houverem de estabelecer em diferentes pontos da província; 2º - explorar e correr os matos, nos oito meses que decorrerem de setembro a abril, inclusivamente; 3º - fazer picadas de comunicação; os acampamentos e quaisquer obras precisas para o desempenho de suas obrigações; 4º - proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto do gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arranchamentos, fazendo todo o possível por apreendê-los e, no caso extremo de resistência, destruí-los.

Em 1856, a tropa de pedestres,<sup>1</sup> no Estado de Santa Catarina, contava com cerca de 70 homens, porém, tinham armamento falho e sem qualidade, podendo fazer pouco frente aos possíveis conflitos entre indígenas e colonos. Desse modo, era chegado o momento em que as questões com os chamados “bugres”, assim conhecidos os indígenas da região, preocupavam, e muito, a sociedade não-indígena que ali se formava, diante da fragilidade do poderio bélico dos pedestres.

Com relação a esse assunto, Santos (1987, p. 66) esclarece que os pedestres, quando batiam os matos, não encontravam os índios. Quando usavam seu armamento, ele se apresentava em estado precário. Estavam pouco equipados, mal habilitados militarmente, para a função e com eles ou sem eles, os bugres realizavam suas invasões e saques às terras dos colonos.

---

<sup>1</sup> A tropa de pedestres ou Companhia de Pedestres foi criada pelo Governo da Província, em 1836, através da Lei nº 28, de 25 de abril. Tinham como objetivo “explorar e correr os matos, fazer picadas de comunicação, proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto do gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os, [...] fazendo todo o possível por apreendê-los e, no caso extremo de resistência, destruí-los”. (SANTOS, 1987, p.66).

A Companhia de Pedestres conseguia, até certo ponto, manter o seu ideal e a fim de embrenhar-se nas matas e perseguir os índios logo após algum ataque, conseguinte, o objetivo, era afugentá-los sem lhes fazer qualquer mal. Esse sistema era falho. Havia poucos milicianos realmente engajados para atender a um contingente tão grande como era o território Xokleng, mesmo que fossem autorizados que colonos conhecedores da região auxiliassem nas buscas.

Percebendo a ineficácia do programa, foi montado um novo esquema de proteção sob a responsabilidade do Governo Provincial, denominado “batedores do mato”. Estes estariam destinados a tomar as medidas necessárias para pacificar os índios ou tentar mantê-los afastados dos locais onde os colonos pretendiam se estabelecer.

Vários destes grupos foram organizados nas mais diversas colônias. Mas, em nenhum desses grupos houve qualquer tentativa de pacificação, na realidade, os batedores dizimavam os grupos indígenas que encontravam, incitando ainda mais as desavenças entre os envolvidos. Em 1879, o Governo Provincial decidiu então por extinguir a Companhia de Pedestres, e como os batedores do mato eram uma extensão reorganizada da Companhia, também, deixaram de existir e atuar. Sendo assim, é nesse momento que os homens, até então chamados de batedores do mato, resolveram trabalhar por si, se transformando nos conhecidos “bugreiros”.<sup>2</sup>

Conforme Lavina (2000, p. 80), “se antes as companhias de pedestres e os ‘batedores do mato’ buscavam, embora sem sucesso, afugentar o indígena (que não tinha mais para onde fugir), a função do bugreiro será o extermínio”.

Vale lembrar, conforme Dall’Alba (2008, p. 158), que “quando ainda no período colonial, essa tarefa [de capturar ou de combater] era atribuída ao ‘Capitão do Mato’ que tanto perseguia negros fugitivos quanto índios”.

As tentativas de pacificação são deixadas de lado, as facas, pistolas, espingardas e facões passam a serem os agentes principais que iriam resolver a “questão indígena”. A dizimação passaria a ser a solução para o problema local. Nesse sentido, Santos (1987, p. 76) cita que “os bugreiros começavam a se responsabilizar pelas tarefas de ‘colocar o índio em lugar seguro”.

Os bugreiros andavam em tropas, normalmente de 8 a 15 homens, quase que sempre formados por familiares. Sua atuação tinha sempre um líder, ao qual o

---

<sup>2</sup> “Bugreiro” é um termo criado para os “caçadores de índios”, porque os indígenas eram conhecidos pelos colonos com o nome de “bugres”.

poder de decisão era constante. Os grupos ao se formarem, eram prestadores de serviço, não importando a quem, por vezes a colônia ou aos seus habitantes, mas também aos viajantes, tropeiros. Chegaram até a contratar agrimensores para garantir sua proteção quando atravessavam ou permaneciam em territórios onde a presença indígena era frequente.

A quem pudesse interessar, e pagar pelos serviços de “limpeza do terreno”, os bugreiros estavam sempre dispostos. “Se afirma então a sombria figura do ‘bugreiro’, caçador semiprofissional de índios encarregados pelo governo ou por particulares para eliminar os grupos que perambulavam pelas matas. Para ‘limpar o mato’, como vezes é referido”. (LAVINA, 2000, p. 80).

Os bugreiros, ao serem chamados para realizar as expedições, se preparavam, militarmente, para enfrentar uma verdadeira guerra de extermínio, como descreve Ribeiro (1970 apud SANTOS, 1987, p. 83) a seguir:

Infinitas precauções tomam, pois é preciso surpreender os índios nos seus ranchos quando entregues ao sono. Não levam cães. Seguem a picada dos índios, descobrem os ranchos e, sem conversarem, se fumarem, aguardam a hora propícia. É quando o dia está para nascer que dão o assalto. O primeiro cuidado é cortar as cordas dos arcos. Depois pratica o morticínio. Compreende-se que os índios acordados a tiros e a facão em procuram defender-se e toda heroicidade dos assaltantes consiste em cortar carne inerte de homens acobardados pela surpresa. Depois das batidas dividem-se os despojos que são vendidos a quem mais der, entre eles os troféus de combate e as crianças apresadas.

Aos governantes do período não se pode eximir da responsabilidade, como se não soubessem dos acontecidos e das consequências. Muito pelo contrário, o governo muitas vezes participava das atividades dos bugreiros e por vezes servia como suporte financeiro e suporte moral, com autorizações oficiais.

Culpados? Certamente culpado foi o Governo que colocou os imigrantes nos territórios vitais dos indígenas. Os bugreiros, que nós condenamos hoje, possivelmente não têm tanta culpa e tenham até méritos no que fizeram para defender as famílias dos colonos. Poderão ser condenados nos exageros, pela matança de inocentes. Mas lembrar que eles se sentiam desprotegidos pela Lei que a única maneira de defender-se era tentar erradicar pela raiz o perigo tão grande para seus bens e suas famílias. Eles mataram. Foram cruéis, sanguinários, injustos. Provocaram hecatombes, holocaustos, genocídio. Nós que estamos seguros, que não vivemos os temores apavorantes de perder nossos bens, nossas famílias, nós condenamos simplesmente. (DALL'ALBA, 2008, p. 160).

Do lado dos índios xokleng, precisa-se dizer que:

[...] eram as tribos mais rudes, de menor civilização de todo o Brasil. Não plantavam, não criavam gado, tinham as casas mais simples constituídas de apenas dois telhados de palhas em cumeeira, até o chão, não usavam rede para dormir, foram sempre arredios, nunca permitindo uma aproximação, nem para a catequização. [...] Eles tentaram defender heroicamente seu território. Deve ter havido infinitos heróis entre eles. Não vamos culpá-los. (DALL'ALBA, 2008, p. 160).

Figura 9 - Os bugreiros e suas vítimas.



Fonte: Santos (1997, p. 42)

Será que podemos acreditar em um culpado? “Era uma guerra, surgida num momento histórico, onde colonizadores e índios estavam à mercê de um governo inoperante e irresponsável.” (DARELLA, 1997 apud DALL’ABA, 1997, p. 514).

Como se sabe, o índio tinha uma cultura vinculada à natureza, inseparável da mãe terra, enquanto a do colono se voltava para o mundo mercantil. Nesse sentido, eram mundos opostos, em busca de um mesmo território, porém, de significados distintos. Para os preceitos das autoridades, da época, eram apenas terras vazias, isentas de soberania nacional.

Por outro lado, não é possível julgar e nem condenar, simplesmente, os colonos, já que o contexto ao qual estavam expostos, devido à falta de conhecimento sobre os bugres, os infligia temor, decorrentes da ideia de que os nativos eram “seres não civilizados”, uma ameaça aos preceitos ocidentais.

Então, o colono, diante da situação a qual governo e companhia de colonização impuseram, buscava prosperar, materialmente, em terras as quais

havia sido conquistadas após a chegada da Europa, enquanto o indígena buscava neste mesmo espaço a sua manutenção, há tempos vivido.

Ao bugre, restava, apenas, sondar o mundo do invasor, em contrapartida ao desejo do colono de possuir terras, como proprietário, a fim de fazer acontecer a prosperidade. Em meio ao dilema, a opção que restou foi a contratação dos bugreiros, por parte do colono e da companhia colonizadora, para buscar o extermínio daqueles (nativos), que impediam a expansão europeia do local.

Assim, o homem branco invade as matas, retira do índio o seu habitat, destrói seus acampamentos, seus pertences, os aniquilando. Acerca disso, Selau (2006, p. 15) afirma que:

esta ação era justificada pela necessidade que os colonos sentiam de terem garantida a posse de sua propriedade e da segurança que pretendiam para sua família. Assim, o bugreiro tornou-se um herói das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, por garantir não só a posse da propriedade aos colonos, mas também a segurança nas áreas coloniais e nas sedes urbanas em relação aos ataques promovidos pelos Xokleng.

Enéas Athanázio (1984), sobre os bugreiros, diz que as investidas contra os indígenas provocavam discussões, não apenas entre as pessoas do povo, mas, principalmente, na camada mais esclarecida da população. Era uma polêmica que movimentava imprensa e opinião pública, mas mesmo assim, nunca foi tomada qualquer providência de ordem legal contra os bugreiros. Pelo contrário, o apoio aos bugreiros e seus financiadores foram cada vez mais evidentes.

A atividade de Martinho e seus financiadores teve o apoio do advogado e jornalista Dr. Eugênio Fouquet, diretor e redator-chefe do jornal "Der Urwaldsbote" ("Mensageiro da Mata"), de grande influência da região do Vale. Em suas páginas o famoso jornalista enaltecia a atuação das autoridades em favor dos colonos, frequentemente atacados e mortos, vivendo as comunidades em contínuos sobressaltos. Aconselhava a reação violenta contra os "malfeitores", visando aniquilá-los. (ATHANÁZIO, 1984, p. 7).

As ações dos bugreiros eram realizadas em boa parte do estado de Santa Catarina, embora fosse uma atividade defendida por uns e condenadas por outros. Esse é o caso do médico Dr. Hugo Gensch, que clinicava em Blumenau, para quem os bugres deveriam ser afugentados das áreas e não exterminados quando saqueavam as propriedades dos colonos. (ATHANÁZIO, 1984, p. 7).

Era o encontro de dois povos ou de dois mundos muito diferentes. Dois caminhantes que buscavam e precisavam coabitar um local que era, até então,

insuficiente para mundos tão díspares. Não há como designar qual seria o elo mais forte, índio ou colono, na situação em questão sem fazer uso de anacronismos.

Nesse sentido, é necessário um entendimento mais específico de que os fatos ocorridos – e relatados nesse trabalho –, levariam a eliminação daquele que não pudesse mais lutar por suas ocupações territoriais. Entre os envolvidos não havia uma visão de compartilhamento das terras. Era a luta pela vida, de qual lado que fosse. Assim, não se buscava pelo intercâmbio de culturas, tão discordantes, mas, sobretudo, pelo abafamento da cultura indígena, por conta de um etnocentrismo europeu que, por muito tempo, influenciará a cultura da região catarinense.

## 4 O OLHAR DOS MORADORES DE RIO FORTUNA SOBRE A ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO

Com o intuito de ressalvar histórias, através de depoimentos e de entrevistas, há muito adormecida ou silenciada pela população do município de Rio Fortuna, busca-se analisar fatos aos quais fizeram parte do cotidiano da colonização desta cidade. Buscou-se, assim, saber, por meio da reconstrução da história e da memória ligada à colonização da região, aspectos que envolveram a questão da territorialidade, que envolveram indígenas e colonos.

De acordo com Thompson (1982 apud MONTENEGRO, 1994, p. 26):

a história oral, no trabalho com a população, tem possibilitado o resgate de experiências, visões de mundo, representações passadas e presentes. Nesse sentido, as entrevistas permitem instituir um novo campo documental que, muitas e muitas vezes, tem-se perdido com o falecimento dos seus narradores.

Muitas destas histórias, aqui narradas, caem no esquecimento e se perdem ao longo dos anos, outras ficam restritas a certos grupos, como família e amigos. Diante dos depoimentos, a história fica gravada para a posteridade, para o reconhecimento de lutas, de experiências, de vivências. A vida cotidiana é retratada de forma destacada nos relatos, pois esta é pouco abordada nos estudos.

Aos poucos, as lutas dos colonos em busca de uma vida melhor, longe de suas terras mãe, com falsas promessas por parte do governo, com longos e mortíferos combates com os moradores da região, os indígenas, é relatada em entrevistas e depoimentos, por meio da história oral.

### 4.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA

Há uma estreita relação entre História e Memória. A memória e os relatos orais acerca de fatos, que não são documentados, possibilitam voz a um passado, de difícil acesso nos documentos escritos e arquivos.

Segundo Le Goff (2003, p. 419), “pela memória temos a propriedade de conservar certas informações que, por nos remeter a um conjunto de funções psíquicas, permite-nos atualizar impressões e informações passadas ou que representamos como passadas”. A atitude de recordar requer um procedimento

narrativo, refere-se à “[...] comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo” (LE GOFF, 2003, p. 421).

Certa vez, em uma aula, ouvi que não existe verdade absoluta na História. Cada momento histórico é perpassado por um contexto ao qual quem o relata, seja por fonte escrita ou oral, não pode ser considerado parcial, pois este certamente possui valores e opiniões acerca do tema apresentado.

A memória do sujeito que relata é subjetiva, na história escrita, buscamos sempre por provas, daí a subjetividade da memória e dos relatos orais serem mais implícitos, não há como comprovar. Nesse sentido, as pessoas contam os fatos aos quais julgam ser mais apropriados, mais merecedores de ser lembrados.

A memória pode ser individualizada, segundo Bloemer (2008, p.16), já que a história pode se constituir de recortes, escritor a partir da concepção de um grupo que a torna como verdadeira, segundo seus conceitos. Porém, não devemos ignorar fatos e histórias já estabelecidos.

Moreira (2005, p.1) aponta o significado de Memória, como sentido primeiro da expressão, ser a presença do passado. A memória, para o autor, é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente de um indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto, seja ele familiar, social ou nacional.

Para Le Goff (1996 p. 378), diante da memória, os homens puderam deter a imortalidade dos fatos narrando-os através das palavras e oralidade para posteridade, assim, os gregos incorporaram à Mitologia a memória, fazendo dela uma deusa para proteger a história:

Os gregos da época arcaica fizeram da Memória uma deusa, Mnemosine. É a mãe das nove musas que ela procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus. Lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus atos feitos, preside a poesia lírica. O poeta é, pois um homem possuído pela memória, ao aedo é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro. É a testemunha inspirada dos tempos antigos, da idade heroica e por isso, da idade das origens. (LE GOFF, 1996, p. 438).

Para os Gregos, a deusa Mnemosine seria a mãe das musas que inspiravam as chamadas artes liberais, como Clio (História), Euterpe (música), Talia (comédia) e Calíope (eloquência). Se Clio, a deusa da História era filha de Mnemosine, a deusa da Memória, logo a História, para os gregos, pode ser considerada a filha da memória.

Sobre isso, Le Goff (1996, p. 378) esclarece que:

Mnemosine, revelando ao poeta os segredos do passado, o introduz nos mistérios do além. A memória aparece então como um dom para iniciados e a *anamnesis*, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística. Também a memória joga um papel de primeiro plano nas doutrinas órficas e pitagóricas. Ela é o antídoto do Esquecimento. No inferno órfico, o morto deve evitar a fonte do esquecimento, não deve beber no Letes, mas, pelo contrário, nutrir-se da fonte da Memória, que é uma fonte de imortalidade.

A história oral fortalece um contato que pode se firmar entre conhecimento e a fonte histórica. Esta pode abrir espaço para testemunhos dos esquecidos ou excluídos da História. Niethammer (1987, p. 41 apud Montenegro, 1994, p. 16) aponta que a história oral seria um meio privilegiado para o resgate da vida cotidiana, tendo em vista que esta se mantém firmemente na memória, apesar de poder sofrer alterações como resultado de experiências posteriores ou mudanças de atitude.

Conforme apresenta Silva e Silva (2013, p. 186), a História Oral esteve marcadamente envolvida com as questões da memória humana, tanto coletiva quanto individual. E, nesse sentido, passou ainda a ser um relevante meio de valorização das identidades de grupos sem escrita, por meio da coleta de seus depoimentos e da análise de sua memória, de sua versão do mundo e dos acontecimentos.

Sabendo que a nossa memória é seletiva, que as narrações de um acontecimento podem ser diferentes, Silva e Silva (2013, p.188) apontam:

Discute-se que, aceitar que a memória não é confiável seria o primeiro passo para entender as causas dos esquecimentos, das diferenças nas narrativas e das modificações que os episódios sofrem quando contados. As diferenças em cada história narrada podem sugerir, assim, os traumas sofridos pelos indivíduos, que preferem inconscientemente transformar os acontecimentos ao contá-los.

Esses autores (2013) abordam, ainda, que as perspectivas da História Oral permitem melhor compreensão das sociedades sem escrita, como os indígenas brasileiros. Ela incentiva que pensamos a oralidade em toda a sua funcionalidade como ferramenta de transmissão de valores, sentimentos, visões de mundo. Enfim, como instrumento de transmissão de cultura.

#### 4.2 UMA ANÁLISE DOS RELATOS

As entrevistas e a coleta de depoimentos ocorreram ao longo do primeiro semestre do ano de 2017 com moradores da própria cidade de Rio Fortuna. Idades, pessoas e profissões das mais diversas foram procuradas e solícitas à esta acadêmica para responder perguntas sobre a história do município e dos embates entre colonos e indígenas, e da forma que pensaram como estes se deram.

Nenhum dos entrevistados teve contato direto com os bugres, mas dois, entre eles, conheceram alguns bugreiros. Ao ser questionado sobre seu contato com índios e os bugreiros, o Entrevistado A (N.R., nascido em Rio Fortuna, em 1942, atualmente, com 75 anos) relata que:

Bugreiro sim, bugre não. Pois o Zé Domingos morou no terreno do meu pai. Ele era fugido, ele fugiu e lá no Rio Bravo Alto, no Campo da Pitinga, [...] ali ele tava escondido, no meio do matão. [...] Ele morreu lá naquele terreno lá, que falei antes. Com picada de cobra. Ele secou! Ele era um homem, assim, de uns 60 ou 70 kg, nem dava isso. Ele, quando morreu, não tinha 30kg. Foi secando tudo. Aí, como ele tava escondido lá, foi escondido depois que ele veio do Paraná. Porque lá em Manoel Ribas reconheceram ele, os índios lá ou descendente né, que ele era um matador. Daí os colonos de lá foram obrigados a esconder ele, e ele pra voltar pra cá, pra Rio Fortuna, colocaram ele dentro de um caixão de arroz, em um caminhão. E veio escondido até aqui nesse caixão de arroz.<sup>3</sup>

Mesmo não havendo um contato direto com os bugres ou os bugreiros, todos os entrevistados contam que era muito comum, em conversas familiares, esse tema surgir, ter algo a contar. Avôs, pais e tios que compartilhavam histórias, que eram algo tão recente em suas memórias, como aponta o Entrevistado B (F.B., nascido em Rio Fortuna, em 1955, atualmente, com 61 anos):

Particularmente não tive conhecimento ou contato com índios ou bugreiros. Tive sim conhecimento de fatos através do meu pai, avós e tios, inclusive meu avô paterno era cunhado de um dos principais bugreiros, o Ireno Pinheiro, que era casado com uma irmã de minha avó, Ema Eising. Sempre que se reuniam na casa de meus pais, tios ou avós invariavelmente o assunto índio ou bugreiro vinha à tona. Contavam das dificuldades que enfrentavam com relação à convivência com o indígena. Achavam que os índios não 'era gente'. Consideravam-nos animais. Contavam também das dificuldades enfrentadas para a derrubada das matas para o cultivo das lavouras e para a construção dos ranchos e casas. Meu avô contava que quando veio de São Bonifácio, ficou 2 ou 3 semanas sem voltar para casa, derrubando a mata para a plantação de milho. Saiu para visitar a família, e quando voltou os índios tinham feito uma cerca de taquara, mostrando claramente que os indígenas consideravam aquela área como sua propriedade, que foi ignorada por eles.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Entrevista concedida no dia 14 de abril de 2017, em sua residência, no município de Rio Fortuna.

<sup>4</sup> Entrevista concedida 27 de abril de 2017, em diálogo feito na Escola de Educação Infantil Cantinho da Criança.

O Entrevistado C (A.H., nascido em Rio Fortuna em 1961, atualmente com 55 anos) conta que:

Esse assunto sempre despertava interesse ou curiosidade quando se falava do assunto relacionado aos índios. Principalmente pela vida que levavam, os ataques que faziam e como foram exterminados. Meu avô contava que os índios eram arredios e viviam vigiando os colonos que haviam apossado de suas terras. Esses assuntos eram corriqueiros antigamente, pois eram parte da vida cotidiana de quem chegou aqui nessas terras no final do século XIX.<sup>5</sup>

A Entrevistada D (F.B., nascida em Rio Fortuna em 1940, atualmente com 77 anos) conta que apesar de não ter conhecido índios ou bugreiros, sempre leu e estudou muito sobre esse contato na colonização e, por histórias relatadas oralmente.

Os embates entre índios e bugreiros foi muito intenso nesta região, nas encostas da Serra Geral. Quem levava a pior era o índio. Houve muitos massacres. Em outras palavras, a terra foi tomada dos índios. Quem não foi morto, fugiu, em primeira mão para o norte do Paraná. Houve casos em que voltaram para se vingar.<sup>6</sup>

Em nenhuma das entrevistas o colono que chegava às regiões do município é retratado como um combatente, como alguém que atacou os indígenas para roubar-lhes as terras. Este não possuía nem conhecimento, até então, da presença deste morador nas terras as quais lhe foram prometidas como produtivas, e não de mata fechada, como realmente eram. Porém, não há como acusar, julgar ou eximir culpados, há apenas que é relatado e buscamos uma compreensão sobre os acontecidos. A Entrevistada D relata que os indígenas não tinham uma intenção colaborativa e de contato pacato.

Houve colonos que sempre deixavam na beira do mato 'viveres' para eles, os índios, levarem e terem o que comer. Os colonos não podiam deixar nada na rua, nem animal, que eles vinham durante a noite e levavam tudo. Mesmo que os colonos percebessem, não podiam fazer nada. Nunca que no escuro da noite podia enfrentar índios, acostumados a se movimentar no escuro, e, além disso, vinham em grande grupo.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida no dia 04 de maio de 2017, em diálogo realizado na EEB. Nossa Senhora de Fátima.

<sup>6</sup> Entrevista concedida no dia 02 de maio, em diálogo realizado em sua residência, no município de Rio Fortuna.

<sup>7</sup> Entrevista concedida no dia 02 de maio, em diálogo realizado em sua residência, no município de Rio Fortuna.

As invasões dos índios às casas dos colonos já se faziam uma constante,<sup>8</sup> inclusive com sinais de violência. Como relata Dall’Alba (1973, p. 293) que, em 1893, a casa do Sr. Germano Hermesmayer havia sido invadida pelos bugres. Dentro de casa, o colono com sua família, defenderam-se com um revólver contra aqueles. Houve uma grande remessa de flechas contra balas.<sup>9</sup>

Fato similar é relatado pelo Entrevistado B, quando diz:

Depois de vários meses de trabalho, estava na propriedade, um colono derrubando uma grande árvore quando foi atingido por uma flecha no pescoço. Na ocasião ele estava com um filho, que não lembro o nome. Este para não ser atingido também, embrenhou-se na mata fugindo dos índios. O colono morreu no local e só pôde ser resgatado três dias depois, com a ajuda de vários colonos, inclusive do bugreiro Ireno Pinheiro. Passaram-se alguns dias até que os colonos voltaram ao local, encontrando tudo destruído, e não encontrando mais nenhum índio no local.

Como se constata, estas histórias possuem algumas variações, mas nada que possa ser significativo a ponto de comprometer a identificação dos fatos. É quase sempre o mesmo resultado, um colono que trabalhava abrindo a mata com seu filho, atingido pelas costas por uma flecha e morto. Talvez, essa versão fosse uma maneira de justificar a contratação dos bugreiros, a fim de promover a “limpeza do terreno”. Assim, Dall’Alba (1973, p. 293) expõe que: “após tantas tragédias, os Senhores Zé e João Domingos, [...] auxiliados pelo Henrique Vandresen e seus filhos Frederico e Fernando, começaram a cruel matança de índios.”

Os relatos acerca dos bugreiros não são parcos e pouposos de violência. Em relação a esse aspecto, apresentamos, a seguir, alguns relatos.

O Entrevistado B, assim narra:

Contava meu avô Guilherme Bloemer à forma que os bugreiros utilizavam para matar os índios. Ele contava que durante o dia os bugreiros ficavam à espreita para localizar a aldeia. Dizia ele que os índios faziam muita festa a noite, dançando, bebendo e cantando até tarde da noite. Quando estavam exaustos, caíam em um sono profundo. Aproveitando-se da situação, os bugreiros entravam sorrateiramente na aldeia com suas winchester e facões matando todos que ali se encontravam.

Da mesma forma, o Entrevistado A conta que anos após as matanças, os bugreiros viviam escondidos e não relatavam seus feitos por medo de retaliações de

---

<sup>8</sup> Este assunto já foi abordado no item 3.2 (Encontros e desencontros entre colonos e bugres), do capítulo 3.

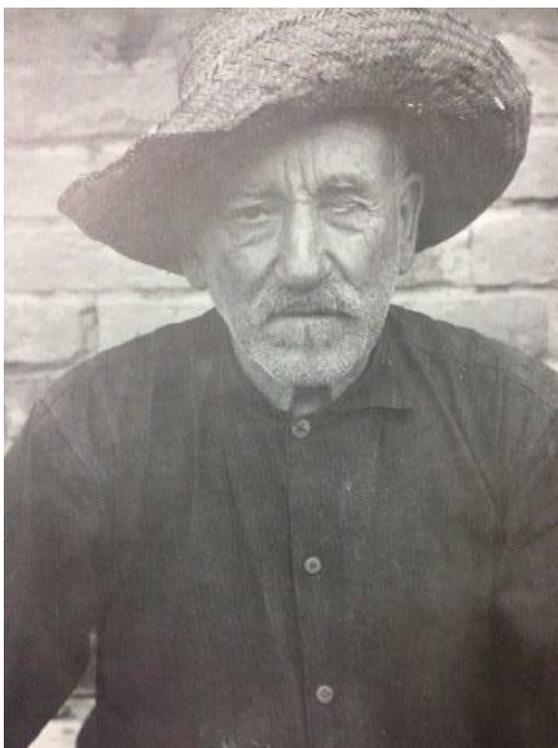
<sup>9</sup> Uma das versões que justifica o início da violência, entre indígenas e colonos, foi a morte causada pelos bugres sem que tivesse, ainda, ocorrido qualquer embate, conforme Dall’Alba (1973, p. 293).

bugres e descendentes de bugres. Este mesmo entrevistado conta, também, que conversou com o bugreiro, Ireno Pinheiro, pouco antes de sua morte, e assim narra:

Ele contava, mas pedia pra ‘pelo amor de Deus não contar pra ninguém’ de tudo o que eles faziam. Porque eu contei pra ele que era descendente de Vandresen, que tinha um parentesco com o bugreiro, aí ele abriu mais o jogo né, porque ele conhecia meu pai, [...] e o Zé Domingos porque o pai “acoitou” ele também, né! Aí ‘foi onde’ que ele se abria um pouco mais pra contar as histórias, mas eram coisas do tipo, disse que eles dormiam ao redor da fogueira, eles decepavam a cabeça de todos eles, porque eles estavam dormindo, não se acordavam, né?!

Os relatos nos mostram a destreza dos bugreiros, que o seu “trabalho”, como matador, não era algo que lhes tirasse o sono e causasse um peso na consciência. Podemos dizer que tinham gosto por matar índios. Sobre isso, o Entrevistado I conta que o bugreiro Zé Domingos, quando “ele matava uma pessoa, um indiozinho, era a mesma coisa que matar uma galinha ou um porco”. Os demais relatos, colhidos pela autora deste trabalho e também presentes em Dall’Alba (1973), Zé Domingos e Ireno Pinheiro seriam os bugreiros que tinham menos compaixão com os bugres. Nem mesmo as crianças eram poupadas por estes personagens, a brutalidade era tão grande, que as jogavam para cima e aparavam com o facão.

Figura 10 - O bugreiro Ireno Pinheiro, em entrevista a Silvio Coelho Santos, concedida em 1972.



Fonte: Santos (1997, p. 52)

Ireno Pinheiro, em entrevista a Silvio Coelho Santos, em 1972, na cidade de Santa Rosa de Lima, conta que os índios eram afugentados:

[...] pela boca da arma. O assalto se dava ao amanhecer. Primeiro, disparava-se uns tiros. Depois passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas. Cada par tinha preço. Às vezes, para mostrar, a gente trazia algumas mulheres e crianças. Tinha que matar todos. Se não, algum sobrevivente fazia vingança. Quando fora acabando, o governo deixou de pagar a gente. A tropa já não tinha como manter as despesas. As companhias de colonização e os colonos pagavam menos. As tropas foram terminando. Ficaram só uns poucos homens, que iam em dois ou três pro mato, caçando e matando esses índios extraviados. Getúlio Vargas já era governo, quando eu fiz a última batida. Usei Winchester. Os índios tavam acampados num grotão. Gastei 24 tiros. Meu companheiro, não sei. Eu atirava bem.

O bugreiro, Zé Domingos, não diferenciava muito no seu jeito, se alguém quisesse, ele daria um “jeitinho” nos homens. Era só dizer pra ele, que daria um quilo de café ou açúcar, que ele já “derrubava”, já matava. (ENTREVISTADO A).

De acordo com o entrevistado D: “o índio é assim, trata bem deles, cativa amizade, é bem aceito, mas o ataque, mortes de seus irmãos, tem troco”. Ao Pe. Dall’Alba (1973, p. 370), Ireno Pinheiro relatou que os bugres eram arredios e muito fortes:

[...] De tudo tipo tem. Eu vi um que... Em cinco pessoas bem grandes, prá nós pegá de unha, eu não queria ser companheiro. O bicho veio tinha um músculo no braço desse tamanho, como a coxa de um homem gordo. Os outros são como nós. São mais encorpados. Essa gente não são gente como nós, não. Outro... Outra força. Porque nós, se nós pegar um tiro de winchester, temo morto. Eles podem pegar dois, três, e ainda correm. (sic)”

Justificado ou não, a alternativa achada pelos colonos foi continuar contratando bugreiros para eliminar os nativos e, assim, sobreviver em suas novas terras. Não cabe a nós julgar os atos do homem que matou dezenas, centenas de índios na região, a ele coube a função de colocar à exposição sua própria vida para proteger aqueles que o governo esqueceu, e que, ao momento que lembrou, também pagou por seus “serviços”.

Assim, coube aos bugreiros trazer segurança aos colonos frente às adversidades dos encontros entre indígenas e colonos. Nesse caso, não há como nomear ou apontar culpados. O que temos deste período da história são os relatos, os fatos contados sob as perspectivas de cada pessoa envolvida, direta ou indiretamente.

A memória oral, transmitida de geração em geração, é um importante alicerce, utilizado pelo historiador, para recuperar e interpretar fatos do passado, até então silenciados ou mesmo esquecidos por determinados grupos sociais.

Como diz Bosi (2003, p. 20), não podemos esquecer que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado. A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa.

Os relatos mencionados neste trabalho não deixam de ser todos relacionados a um grupo dominador. Avaliando isso, de modo mais aprofundado, é importante que não sejam feitos anacronismos<sup>10</sup> e julgamentos, pois naquele período os personagens não tinham em mente as consequências de suas ações para a posteridade.

A entrevista é, sem dúvida, contingente, um momento único, com circunstâncias únicas, que produz aquele resultado único, como ocorre com muitos documentos e fontes na história (ALBERTI, 2012). Por vezes, as entrevistas possuem caráter particular, registrando uma versão dos fatos acontecidos diante da perspectiva de quem a viveu, e isso pode desviar o olhar daquele que documenta e do que isso realmente significou na época narrada: experiências que perpassam gerações.

Cabe, assim, ao historiador analisar e ver de fato o que é mais importante, buscar os caminhos para uma compreensão mais detida do assunto, recuperar fragmentos que podem transformar ou construir versões sobre fatos históricos, ditos como não-oficiais e, ainda, abordar possíveis partes esquecidas (ou apagadas) pela historiografia tradicional.

Segundo Gomes (2001, p. 66), “a História é inesperável do historiador. [...] Qualquer abordagem do passado (toda a história) será inevitavelmente subjetiva, será iniludivelmente uma recriação intelectual de um historiador, será uma criação de uma representação significativa.”

A prática de se contar histórias se faz presente desde a pré-história quando o homem ainda não conhecia a escrita. A fala baseia-se em elemento fundamental para que os relatos orais ou fonte de saberes ficassem registrados na memória das pessoas propagando, de geração em geração, as crenças, magias, os

---

<sup>10</sup> Segundo o dicionário Aurélio, “Anacronismo significa um erro cronológico, algo que se atribui à uma época em que ela não tinha razão de ser.” Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/anacronismo>>. Acesso em: 07 Jun. 2017

valores e a tradição. A importância de recuperar a memória está baseada no intuito de lutar em defesa da identidade cultural de uma região.

Nesse sentido, pode-se transformar a história oral numa poderosa ferramenta para o conhecimento histórico e isso é, por demais, importante para a dinâmica dos estudos regionais. Portanto, a história oral se apresenta como uma alternativa metodológica orientadora desse trabalho.

Reconstruir a história local é, assim, um dos motores que moveu a pesquisa. Para isso utilizou-se da história oral como metodologia de trabalho, e a partir de então, buscou-se promover o encontro da oralidade e da escrita, que nos possibilita valorizar a memória e o conhecimento coletivo.

## 5 CONCLUSÃO

A memória é um importante alicerce, que deve ser utilizado pelo historiador quando se quer recuperar e interpretar fatos do passado, até então silenciados ou mesmo esquecidos. Nesse sentido, os relatos aqui analisados, nos revelam que, no contato, predominou a voz do grupo dominador, nos moldes capitalistas. Isso fica mais claro quando se lembra dos motivos econômicos, dentre outros, que trouxeram os europeus ao sul do Brasil.

Com base em uma avaliação mais detida do assunto, por meio dos relatos apresentados, procuraram-se nesse trabalho não cair no arcabouço do anacronismo e, assim, buscou-se muito mais compreender do que meramente criar julgamentos. O contexto é uma grande oportunidade para se valer de um estudo mais coerente com os atores que viveram em uma época determinada, no caso, os imigrantes europeus.

As entrevistas possuem caráter particular, registrando versões factuais narradas a partir da perspectiva de quem a viveu, e isso pode desviar o olhar daquele que as documenta. Há uma distância temporal significativa, uma vez que a análise do registro se dá em um momento presente, buscando-se fazer, sobretudo, uma leitura de época.

Em relação aos objetivos que propomos na pesquisa, foram atendidos e desenvolvidos nos capítulos que estruturam esta monografia. A contextualização do processo de colonização no município de Rio Fortuna e sua formação, bem como uma breve explicação e caracterização sobre as questões de territorialidade e conflitos entre indígenas e colonos na região. Os aspectos conceituais sobre a história oral e os relatos dos moradores de Rio Fortuna, acerca da temática proposta, foram apresentados, fazendo-se uma breve avaliação dos discursos abertos pelos entrevistados.

A pesquisa realizada no município de Rio Fortuna possibilitou a discussão dos fatores socioculturais que levaram imigrantes e índios Xokleng a entrarem em conflito, levando o segundo grupo ao extermínio. Com o estudo dos conflitos entre colonos e índios foi possível perceber que uma imagem foi construída do indígena, não levando em conta as diferenças culturais dos grupos envolvidos. Podemos afirmar que, diante de tantos conflitos ocorridos em toda a região colonizada por

européus nesta região, o índio Xokleng foi exterminado, em decorrência da diferença de forças bélicas e do apoio que colonizadores recebiam do governo brasileiro.

Sendo assim, como visto, o trabalho evitou cair nas trincheiras dos anacronismos, buscando fazer uma leitura de época, mediante as informações obtidas nos relatos, visando atingir os objetivos da pesquisa e não deixar a história dos conflitos e embates entre colonos e indígenas caírem no esquecimento e no apagamento. Por isso, nesse campo de conhecimento histórico, sugerem-se estudos que envolvam a memória dos moradores jovens de Rio Fortuna, a fim de estudar a distância temporal que envolve as gerações e refletir a memória coletiva como elemento da cultura que tende a cair no esquecimento conforme os anos se passam.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **De "versão" a "narrativa" no Manual da história oral.** In: XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL "MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA", 2012, Rio de Janeiro. p. 159 - 166. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/hitoriaoral/base>>. Acesso em: 06 jun. 2017.
- ANACRONISMO. In: **AURÉLIO**: Dicionário de Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/anacronismo>>. Acesso em: 07 Jun. 2017
- ATHANÁZIO, Enéas. **Martinho Bugreiro: criminoso ou heroi?** Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1984.
- BALDESSAR, Quinto Davide. **Os imigrantes no confronto com os donos da terra, os índios.** 1991. 67 p.
- BLOEMER, Mateus. **Oralidade, Imagem e Conflito: A visão do colonizador sobre os índios Xokleng na comunidade de Rio Facão - Rio Fortuna - SC.** 2008. 65 f. Monografia - Curso de História, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2008.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CLAUDINO, Daniela da Costa. **Arqueologia na encosta catarinense: em busca dos vestígios materiais Xokleng.** 2011. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.
- DALL'ALBA, João Leonir. **História do Grande Araranguá.** Araranguá. Orion, 1997.
- \_\_\_\_\_, João Leonir. Os bugreiros. In.: SOUZA, Celso de O. **Santa Catarina, Estado de graça.** Orleans: Gráfica do Lelo, 2008.
- DIRCKSEN, Valberto. **Viver em São Martinho: a colonização alemã no Vale do Capivari.** Florianópolis: Edição do autor, 1995.
- FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Distribuição e Padrão de Assentamento: propostas para sítios da tradição umbu na encosta de Santa Catarina.** Porto Alegre: PUCRS, 2005.
- GOMES, Valter Manoel. **Conhecimento histórico e historiografia.** Florianópolis: Papa-Livro, 2001.
- KAISER, Jakszam et al (Ed.). **Santa Catarina em síntese: Terra catarinense, gente catarinense, cidades e regiões, aspectos históricos, panorama atual da sociedade catarinense, infraestrutura, cenário econômico.** 2. ed. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2014. 144 p.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: História de povos invisíveis. In.: BRANCHER, Ana. (Org.). **História de Santa Catarina: Estudos contemporâneos**. 2. ed. (revista). Florianópolis: Letras Contemporânea, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LOTTIN, Jucely. **O Verde Vale do Rio Braço do Norte**. Tubarão: Copiart, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **História e memória: algumas observações**. 2005. Disponível em: <http://pablo.deassis.net.br/wpcontent/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2017.

MOTTA, Alexandre de M. **Viajando pelas fronteiras de Santa Catarina: da gênese à atualidade**. Tubarão: Copiart, 2011.

PIAZZA, Walter F. **A colonização italiana em Santa Catarina**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976. 89 p.

RICKEN, Tatiane Dircksen; RICKEN, Ignácio. **Rio Fortuna: Resgatando as origens, cultivando valores, alicerçando o futuro...** Rio Fortuna: Ed Coan, 2008. 426 p.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Edição do Autor, 1977. 124 p.

\_\_\_\_\_, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil**. Porto Alegre: Movimento, 1987. 313 p.

\_\_\_\_\_, Sílvio Coelho dos. **Os Índios Xokleng: Memória Visual**. Florianópolis: Ed. da Univali, 1997. 152 p.

SELAU, M. da S. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos do Sul Catarinense (1875-1925): resistência e extermínio**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. p. 134.

SILVA, Jaldyr B. Faustino da et al. **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro: Editora Laudes S.a., 1970. 134 p.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário dos Conceitos Históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 439 p.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Termo de Consentimento para realização de entrevista****UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA – UNISUL****CURSO: LICENCIATURA EM HISTÓRIA****PROFESSOR ORIENTADOR: ALEXANDRE DE MEDEIROS MOTTA****ACADÊMICA: LUIZE RICKEN TURAZZI****TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu, \_\_\_\_\_ portador  
(a) do R.G. \_\_\_\_\_ autorizo por meio deste documento a publicação das informações (imagens, depoimentos, questionários) colhidas pela acadêmica Luize Ricken Turazzi do IX semestre do Curso de Licenciatura em História, para produção ou desenvolvimento do Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso.

Sendo verdade o referido conteúdo, isento o aluno acima de quaisquer problemas de exposição dos dados colhidos, reiterando que são para fins didáticos.

---

RIO FORTUNA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

## **APÊNDICE B – Roteiro de perguntas para entrevista**

- 1) Conheceu ou teve contato com algum índio ou bugreiro?
- 2) Quais as lembranças?
- 3) Os embates eram assunto em casa? Os pais ou avós falavam sobre isso?
- 4) Lembra de alguma história sobre os embates entre colonos, bugreiros ou índios?